



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

O ESTADO CAPITALISTA NA ATUALIDADE E SUAS ESTRATÉGIAS ACERCA DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

¹Mariana Palace Cardoso – UFJF
maricardosojf@hotmail.com

²Thaylla Soares Paixão – UFJF
thaylla_soares@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho é fruto das atividades de pesquisa desenvolvidas no Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que se estrutura a partir do conceito marxiano de trabalho — uma ação humana que expressa a atividade vital na criação de bens materiais e simbólicas vinculados à nossa existência social, política, econômica e cultural. Portanto, em pesquisa recente no NETEC, sobre as implicações do capitalismo atual para a formação de professores, subsídios teóricos e políticos que a orientam esse modelo societal foram levantados.

Através dessa lente, tem-se por objetivo discutir sobre o surgimento e a atual configuração do Estado capitalista brasileiro estabelecendo relações com a educação e conseqüentemente com a formação de professores.

Metodologia

A perspectiva teórico-metodológica utilizada neste estudo é o materialismo histórico dialético, por acreditar que esta forma de compreensão da realidade é a mais completa e orgânica, permitindo ao pesquisador superar as formas de

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma universidade e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC) – UFJF.

²Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma universidade e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC) – UFJF.

compreensão aparente da realidade, ou seja, o mundo da pseudocreticidade, tendo em vista a essência da prática social em sua totalidade (KOSIK,1976).

Discussão e Resultados

O presente trabalho parte da compreensão ampliada de Estado, tal como foi defendido por Grasmci (2000, p.244): “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Esse entendimento totalizante implica entender que “Estado” e “sociedade civil” não são puramente idênticos, mas instâncias que se relacionam e formam uma unidade contraditória.

A forma como o Estado capitalista brasileiro se configura na atualidade está vinculada às modificações ocorridas nos anos de 1990 advindas da nova divisão internacional do trabalho e dos ajustes nas relações de poder.

Nesse período ocorreu à implantação do neoliberalismo, sobretudo no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tal projeto social, político e cultural assenta-se em uma concepção de mundo burguesa e baseia-se nos seguintes fundamentos: (1) o mercado como o agente superior da organização social; (2) o individualismo como valor moral e radical; (3) a noção de “liberdade” associada à iniciativa privada; e (4) a minimização da intervenção estatal nas questões sociais (MARTINS, 2009).

Tendo em vista a capacidade da burguesia em se rearticular para manter intacto o processo de dominação e exploração, e reconhecendo as demandas atuais impostas pela “sociedade do conhecimento” (MELO, 2004), no início deste século, alguns setores dominantes sentiram a necessidade de atualização do projeto de dominação e, para isso, empreenderam estratégias no sentido de (re)atualização dos preceitos neoliberais a partir de uma perspectiva supostamente humanizante, tendo em vista assegurar a coesão social (NEVES, 2005; MARTINS, 2009).

Isso seria possível através do neoliberalismo da terceira via, projeto societário sistematizado por Giddens (2001) apud Martins (2009) que consiste em uma suposta alternativa aos “efeitos negativos” do neoliberalismo ortodoxo e à insuficiência da social-democracia. Ele procura manter inalterado o modo capitalista de produção da existência humana através da junção de “livre mercado” com “justiça social” (MARTINS, 2009).

Os princípios gerais do neoliberalismo da terceira via são: (1) “sociedade civil ativa”; (2) “novo Estado democrático”; e (3) “individualismo como valor moral e

radical”. O primeiro pauta a reinvenção da sociedade civil, ao invés da compreensão de Marx e Engels (1984) apud Martins (2009) de que essa instância é o palco da realização da história, o *lócus* de embate entre classes e frações de classes.

O segundo princípio refere-se reconfiguração do papel estatal, para a classe dominante, sendo preciso ajustar o tamanho do Estado às necessidades do mercado, logo “Não pode ser Estado mínimo nem Estado máximo, mas sim um Estado ‘forte’ ou Estado ‘necessário” (LIMA e MARTINS, 2005, p.51). Advoga-se em torno de um Estado “gerencial” capaz de ampliar as possibilidades de obtenção do lucro pelo capital bem como estimular a participação de iniciativas privadas na área social.

O terceiro princípio liga-se a uma determinada concepção burguesa de sujeito e a um tipo de participação “restrita” na vida social e política. O homem é compreendido como ser individual, fragmentado e a-histórico. Sua participação política está orientada a partir de noções empresariais, tais como: voluntarismo, responsabilidade social e empreendedorismo.

Os princípios supracitados forneceram subsídios para a implantação de reformas educacionais restritas, marcadas pelo pragmatismo e tecnicismo. Ocorreu a transferência da esfera política da educação para a esfera de mercado, subordinando o processo educativo a forma de mercadoria.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1997), as questões políticas e sociais do campo educacional foram sendo transformadas em questões puramente técnicas de eficácia, ineficácia dos trabalhadores escolares. Em alguns contextos, ocorreu a culpabilização do professor pelo fracasso escolar.

Com isso, no intuito de assegurar a formação do trabalhador de novo tipo demandado pela atual fase da globalização (NEVES, 2005), a classe dominante passou a formular e difundir concepções teórico-práticas do que seria um suposto “sucesso escolar” e colocou sob a responsabilidade do professor para alcançar tal sucesso nas políticas educacionais, o “passo a passo”, o pragmatismo, o técnico. O educador deveria, pois, adquirir capacidades técnicas e habilidades necessárias para atuar diante dessa realidade.

Isso forneceu a base para a instauração de uma nova cultura escolar, com base no modelo gerencial e pragmático, ou seja, “dado um tal diagnóstico é natural que se prescrevam soluções que lhe correspondam... para problemas técnicos,



soluções técnicas, ou melhor, soluções políticas traduzidas em técnicas...”. (SILVA, 1997, p.19)

É nesse contexto que chegam as escolas, em muitos casos, materiais prescritivos - Guias práticos, com o objetivo de trazer uma “receita” pronta para os diferentes trabalhadores escolares aplicarem em suas práticas pedagógicas. Esses materiais são parte imprescindível das políticas públicas implementadas na educação, “simulam” que as habilidades e competências necessárias para o sucesso dos programas estão descritas ali, e assim, ao professor cabe apenas à reprodução do material, retirando todo seu potencial criativo, inerente à práxis pedagógica, dando ênfase no seu potencial técnico – repetitivo, objetivo, individualista. O material ainda se constitui como uma formação continuada compensatória, que tem como foco superar as lacunas deixadas pela formação inicial. Paralelamente, a formação continuada dos professores também se coloca como um importante instrumento para formar esse professor que será responsável por garantir o sucesso da implementação dos projetos educacionais.

Conclusão

O neoliberalismo da terceira via e seus princípios norteadores trazem implicações para as instâncias sociais, incluindo a educação. No interior da prática educativa, a formação de professores também sofre influências deste novo padrão de sociabilidade.

Como a escola não está descolada da realidade capitalista vivenciada, ela assume um papel importante na difusão dos preceitos neoliberais, embora se reconheça também seu potencial transformador (SAVIANI, 2005). A formação dos professores dentro do capitalismo assume uma perspectiva restrita e tais profissionais devem se submeter à lógica de adaptação flexível bem como adquirir as habilidades e competências ditas “eficazes” para o desempenho de suas atividades. As escolas, neste contexto, formam “simples máquinas de fabricar mais-valia” (MARX 2010, p.70) e o trabalho pedagógico se caracteriza por atividades repetitivas, simples, técnicas.

O processo educativo se caracteriza por uma visão produtivista da educação e pela implantação de uma “Pedagogia Tecnicista”, que busca transferir para a escola os mecanismos de trabalho ocorridos nas fábricas (Saviani, 2005). Constata-se assim, que para a visão neoliberal da terceira via, é o mercado e suas demandas quem orientará as práticas educativas e controlará a política educacional. Esta deverá estar centrada em uma

lógica interinstitucional, gerencial, flexível e meritocrática, valorizando a competição entre os sujeitos.

Diante do exposto, afirma-se urgente a superação desse trabalho que explora, aliena e sufoca, para um trabalho que emancipa, forma, conscientiza e que permite a humanização do homem. Trabalho esse que só é possível em outro modelo de sociedade, em que a educação seja segundo Gramsci, unitária, podendo assim articular formação técnico-política, com formação intelectual, ou seja, fazer a união de conteúdo e forma.

Em tal perspectiva, o professor não precisaria se enquadrar em uma formação técnica e pragmática, mas poderia utilizar de sua capacidade crítica e criadora, a qual o Estado neoliberal da terceira via inviabiliza.

Referências

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. **Pressupostos, Princípios e Estratégias.** In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.

KOSÍK, Karel. **A dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.3-54.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: EdUFF, 2009

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino.* Campinas, São Paulo, 2010

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela.** Maceió: EDUFAL, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005

SAVIANI, Dermeval. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação.** In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval, SANFELICE, José Luis (orgs). *Capitalismo, trabalho e educação.* Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. Coleção Educação Contemporânea, p.13-24.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia.** In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.* Petrópolis, RJ: Vozes, 5ª edição, 1997.
